

Inpes analisa opções para crise

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — A mudança da política antiinflacionária ou pelo menos o aumento da intensidade dos atuais instrumentos de combate aos preços é uma necessidade imperiosa diante da ameaça de hiperinflação, prega o boletim *Conjuntural*, que serviu de base para as discussões na reunião bimensal dos técnicos do Instituto de Planejamento (Inpes), do Ministério do Planejamento, realizada sexta-feira passada, no Rio. Além de reconhecer o fracasso até agora da estratégia de “feijão com arroz” na luta contra a inflação, os economistas do Inpes apontam como alternativas nesse documento uma opção ortodoxa, através de maior aperto monetário e fiscal, e duas opções não ortodoxas: a imposição de redutores na economia, como defende o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, ou a adoção de um novo choque, acompanhado de um congelamento de preços e salários.

Os próprios economistas do Inpes reconhecem que, “embora provável como primeira reação governamental à elevação da taxa de inflação de julho”, a opção ortodoxa oferece “pouca perspectiva” de êxito, devido à aceleração dos índices inflacionários que se verifica atualmente. O insucesso da alternativa ortodoxa, avalia o documento, abrirá caminho

para as opções não ortodoxas mas os técnicos do Inpes advertem que tanto a aplicação de redutores como a decretação de novo choque heterodoxo “oferecem riscos” e podem propiciar, numa segunda etapa, o aparecimento do fenômeno da hiperinflação.

A idéia da adoção de redutores, dos aumentos de preços e salários é mais longamente discutida no boletim do Inpes, o que possivelmente reflete a atenção especial que a proposta do ex-ministro Simonsen vem recebendo por parte do governo, principalmente no Ministério do Planejamento. “Existem dificuldades de implementação não desprezíveis”, diz o documento a respeito da sugestão de Simonsen. A primeira dificuldade apontada é de natureza política: as previsíveis “fortes resistências” dos assalariados à troca da URP por um redutor fixo ou variável.

Outra dificuldade refere-se à eventual imposição de redutores em relação à taxa de câmbio e aos ativos financeiros, o que não está claro na proposta de Simonsen. “Os riscos, nesse caso, são ainda maiores”, acreditam os técnicos do Inpes ao comentar a possibilidade dos redutores se estenderem ao câmbio e aos ativos financeiros. “A subindexação do câmbio só pode provocar receios, haja vista o atraso cambial já acumulado, não inferior a 12% em termos

da taxa efetiva do câmbio para manufaturados”, observa o boletim, acrescentando: “A fuga desses ativos pode acender o estopim da hiperinflação”.

O problema é que, se forem preservadas essas duas áreas, a imposição de redutores apenas nos preços e salários “pode resultar inócua ou demorada, estimuladora de descontentamento social e até mesmo prejudicial para o controle do déficit, na medida em que os preços e as tarifas públicas acabem arcando com o ônus do insucesso”.

Na ótica dos economistas do Inpes, a alternativa do choque, no entanto, “oferece riscos mais acentuados ainda, principalmente em termos de nova e rápida ulterior reaceleração inflacionária, ou mesmo de hiperinflação”. As suas principais vantagens, segundo o documento do Inpes, seriam “razoável conhecimento adquirido em termos de tecnologia de implementação e a possibilidade de um ganho fiscal não desprezível”.

A opção ortodoxa, por sua vez, incluiria “maior intensidade no uso dos instrumentos de política monetária e fiscal”. Entretanto, no caso da maior austeridade monetária, lembram os economistas, “a tentativa não constituiria de fato nenhuma novidade, pois há meses que se vem tentando restringir a liquidez sem muito sucesso.